



INSTITUTO CULTURAL GALAICO-MINHOTO

**VI COLOQUIO  
GALAICO-MINHOTO**

**RESUMOS DAS COMUNICACIÓNS PRESENTADAS**

Edición preparada por:  
Xosé CARRO OTERO  
e  
Raquel GONZÁLEZ DACAL

*Deseño e Maquetación:*  
**Sociometrics Consulting, S.L.**

*Depósito Legal:*  
**VG. 571-96**

*Impresión:*  
**C.A. Gráfica, S.A. - Vigo.**

OURENSE  
26 ó 28 de setembro de 1996

## ARQUIVOS DE FAMÍLIA E PESSOAIS. BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA UMA ABORDAGEM CIENTÍFICA.

Armando BARREIROS MALHEIRO DA SILVA

**N**a sequência de um trabalho epistemológico de equipa, ainda em curso, sobre a origem, a evolução e a intergração da(s) prática(s) arquivística(s) no campo actual do conhecimento científico e, mais precisamente, na esfera específica das chamadas ciências da informação - um dos novos ramos das ciências sociais e humanas - pretende-se, nesta comunicação, dar a conhecer os pressupostos teóricos e metodológicos de uma Arquivística, fundada em bases científicas e não em bases empíricas e técnicas, como são as do paradigma dominante, desenvolvido ao longo do séc. XX.

A divulgação de tais pressupostos far-se-á pela via do “estudo de caso”, ou seja, da aplicação concreta a um sector arquivístico específico - os Arquivos de Família(s) e Pessoais. Trata-se de um sector complexo, muito heterogéneo, e que a Arquivística descritiva vigente não tem conseguido desenvolver com o mesmo impacto e êxito normativista obtidos, por exemplo, no domínio da Administração pública e local. Uma das razões que explicam essa dificuldade objectiva prende-se com a natureza paradigmática de tais Arquivos. Em nossa opinião, eles constituem um exemplo excelente das características essenciais e singulares da informação arquivística - ligação intrínseca à entidade produtora (emanente da sociedade), projecção no plano organizativo (ordenação e classificação) desse vínculo orgânico e máxima resistência à adopção de “quadros classificativos” artificiais, isto é, pensados e concebidos à margem dos seus traços “naturais” e históricos. Valorizámos, por isso, um enfoque teórico e um aparato metodológico que nos permita conhecer, indutivamente, o contexto genésico e a estrutura dos Arquivos de Família e Pessoais, entendido cada um deles como Sistema de Informação e já não como Fundo (noção francesa datada de 1841 e justificada pelos efeitos perversos da incorporação de grandes massas documentais, ocorrida em França após os acontecimentos revolucio-

nários de 1789-90. O cumprimento do primado epistémico (científico) viabiliza e determina as fórmulas organizativas mais adequadas - o primado técnico da Arquivística descritiva (não científica). Esta clara subordinação do técnico ao científico faz com que as propostas de organização arquivística sigam, de preferência, a reconstituição casuística e orgânica ou, melhor dito, a representação racional e verificável (científica) da estrutura interna própria de cada Família ou da vida biológica e sócio-profissional de cada Pessoa.

Embora visemos os mesmos objectivos práticos e descritivos (divulgação e acesso público da informação privada) partilhados pelos arquivistas em geral e, em particular, pelos colegas galegos e portugueses - Olga Gallego-Dominguez e Pedro Abreu Peixoto são nomes a reter -, propomos, forçosamente, uma abordagem diversa, porque diversos são os pressupostos teóricos e metodológicos. A nossa divergência essencial em relação a esses autores passa pelo conceito instrumental de "Quadro de Classificação". Procurámos mostrar, nesta comunicação, a inconveniência científica (encarada do ponto de vista arquivístico e não do historiográfico, como até agora se tem feito....) de aplicar a todos os casos um "Quadro" pré-estabelecido, normalizado e ajustado unicamente à função do acesso dos utentes em qualquer Serviço de Arquivo (aberto a um público mais ou menos especializado). Ao invés disto, avançamos com a hipótese mais fiável da elaboração de "Quadros de Organização" - note-se a intencionalidade do plural... - determinados, quase em exclusivo, pela análise interna de cada Arquivo ou Sistema de Informação individualizado, independentemente da sua máxima ou mínima desorganização documental (alteração da ordem e dos critérios de busca da informação...). Esta hipótese não exclui, evidentemente, o recurso ao standard classificativo que já existe feito para este tipo de Arquivos, mas restringe-o ao estritamente indispensável e submete-o a uma rigorosa crítica teórico-metodológica.

Na nossa perspectiva, já não está em jogo a normalização convencional ou artificial da informação arquivística, mas sim o seu estudo, antes de mais, como um fenómeno observável e inteligível cientificamente. Significa isto, que em vez de insistirmos na mera aplicação "automática" e prática de um figurino classificativo geral para todos os Arquivos de Família e Pessoais inactivos (ex-

tintos os seus produtores) e activos, ousámos dar um salto qualitativo e integrar a prática arquivística na efectiva dimensão científica. Assim, da natural acumulação de diferentes e sucessivos dados empíricos, enquadrados por uma "espiral" de teorias e de hipóteses revisíveis, caminha-se para a consolidação de um conhecimento arquivístico científico, isto é, universal, extensivo e irreduzível aos múltiplos casos concretos donde parte, porque tende, através de leis gerais, a englobar a necessária interpretação do processo informacional no seu conjunto e nas interacções profundas com a sociedade (sempre em evolução...) donde emana. Conclui-se, portanto, que em jogo está, sobretudo, a normalização e a universalização do conhecimento relativo ao processo informacional arquivístico e não apenas a descrição e a comunicação normalizada deste processo no seu contexto orgânico-funcional (entidades produtoras/receptoras de documentação) ou só marcadamente funcional (Arquivos ditos Históricos ou, em geral, Públicos).